



ACÓRDÃO Nº1181/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12966/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Glênio José Marques Seixas (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Francinilberson Beltrão Ayres - OAB/AM 7956 e Marcos dos Santos Carneiro Monteiro - OAB/AM 12846.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1100/2023-DIMP-MPC-GPG, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. **Péricles Tavares Vieira Filho**, gestor e ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha/AM, no curso do exercício 2020, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual n.º 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Péricles Tavares Vieira Filho**, no valor de **R\$1.706,80 (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos)**, nos termos do art. 54, VII, da Lei Orgânica do TCE/AM, Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 308, VII, do Regimento Interno do TCE/AM, Resolução n.º 04/2002, em razão da 1) Ausência de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha, que não foram disponibilizadas à sociedade, via internet, em tempo real, contrariando o princípio da transparência e os arts. 48 (inciso II) e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal e; 2) Ausência de justificativas e documentos no tocante à desatualização do portal de transparência, pois tal impropriedade prejudica a



ACÓRDÃO Nº1181/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

instrumentalização do controle social e descumpra a LC n. 131/2009 e seu regulamento, Decreto n. 7.185/2010;

10.2.1. Seja fixado o prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionada no item anterior, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

10.2.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha que envide esforços para a criação de um órgão de controle interno, para ter uma melhor eficiência em seus atos. (Restrição n.º 6 do Relatório Conclusivo da DICAMI);

10.4. Dar ciência dos termos do *decisum* ao Sr. **Péricles Tavares Vieira Filho** e ao seu procurador constituído nos autos, **Dr. Marcos dos Santos Cerneiro Monteiro**, encaminhando-lhes cópia do Acórdão e do Relatório-Voto;

10.5. Dar ciência dos termos do *decisum* ao **Fundo Municipal de Saúde de Barreirinha**, na pessoa de seu atual gestor, encaminhando-lhe cópia do Acórdão e do Relatório-Voto;

10.6. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas.



ACÓRDÃO Nº1181/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de junho de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral